

### **3.8 Discursos em prol do desenvolvimento sustentável nas cartas patrimoniais relacionadas à conservação-restauração de 1931 a 1999**

**Lucas Souza Becker**

Graduando; Universidade Federal de Pelotas;  
[lsouzabecker@gmail.com](mailto:lsouzabecker@gmail.com)

**André Alexandre Gasperi**

Mestre; Universidade Federal de Pelotas;  
[andrealexgasperi@gmail.com](mailto:andrealexgasperi@gmail.com)

**Daniele Baltz da Fonseca**

Doutora; Universidade Federal de Pelotas;  
[daniele\\_bf@hotmail.com](mailto:daniele_bf@hotmail.com)

**Resumo:** O presente trabalho levou em consideração a importância de ampliar as discussões sobre o desenvolvimento sustentável no campo da conservação-restauração e o tema Sustentabilidade e Bem-Estar proposto pela 21ª Semana dos Museus. Os resultados foram alcançados por meio de uma pesquisa documental e análise de categoria que procuraram atender o seguinte problema: como as cartas patrimoniais internacionais relacionadas com a conservação-restauração compiladas pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), dialogaram com os três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental e social)? A pesquisa se debruçou sobre dezesseis cartas publicadas entre 1931 e 1999 e encontrou discursos em treze desses documentos que se relacionaram com o campo da conservação-restauração e a sustentabilidade. Ao abordar a preservação dos diversos tipos de patrimônio natural e cultural, tais como monumentos, sítios, jardins, bens móveis e integrados, bens edificados, subaquáticos, entre outros, as 9+ cartas trazem aspectos relacionáveis ao pilar da economia sustentável, ao pilar da sustentabilidade ambiental e/ou ao pilar da sustentabilidade social. Este exercício, portanto, apresenta excertos das cartas classificados de acordo com essas categorias.

**Palavras-chave:** Cartas Patrimoniais; Conservação-Restauração; Sustentabilidade.

#### **Introdução**

O objetivo central da sustentabilidade consiste em alcançar uma qualidade de vida para todas as pessoas do mundo, ao combinar o crescimento econômico das comunidades, sem reduzir e destruir ou trazer prejuízos aos recursos naturais e fundamentais para assegurar a vida das atuais e futuras gerações (Cassar, 2006, p.2).

O desenvolvimento sustentável pode ser compreendido como aquele que

procura atender as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações atenderem suas necessidades. De acordo com a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (1991), o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades assegurem a todos as mesmas oportunidades, levando em consideração a distribuição de recursos enquanto se preocupa em harmonizar a evolução demográfica com o potencial produtivo do ecossistema, sem colocá-lo em risco e minimizando os impactos nos sistemas naturais que sustentam a vida no planeta terra e integram o ecossistema, como a atmosfera, as águas, os solos, os seres vivos e entre outros.

O desenvolvimento sustentável ocorre quando se reconhece a relação entre as necessidades humanas e o meio ambiente natural. Para que o desenvolvimento sustentável seja aplicado, além de haver uma educação voltada nesse sentido, é preciso também ter programas a nível nacional que consideram as três instâncias da sustentabilidade, como a sustentabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social. Segundo Lagnesjö (2015) a sustentabilidade possui três pilares, como: o pilar da sustentabilidade econômica cujo tema central é o estudo sobre o consumo dos produtos e a reutilização; o pilar da sustentabilidade ambiental, que aborda a preservação da biodiversidade, mudanças climáticas, investigação de desastres naturais; e o pilar da sustentabilidade social, que considera o bem-estar das pessoas e o respeito à diversidade cultural individual e coletiva.

Levando em consideração a importância de ampliar as discussões sobre o desenvolvimento sustentável no campo da conservação-restauração e o tema Sustentabilidade e Bem-Estar da 21ª Semana dos Museus, desenvolveu-se o presente trabalho. Trata-se de uma pesquisa inicial sobre as cartas patrimoniais da conservação-restauração e a sua relação com a sustentabilidade, por isso não se trabalhou com cartas mais recentes. As cartas patrimoniais internacionais abordadas neste primeiro momento foram publicadas entre 1931 a 1999 e compiladas pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Todas abordam o campo da conservação-restauração, e foram publicadas no livro intitulado “*International Charters for Conservation and Restoration*” (ICOMOS, 2004).

Os documentos estudados foram a *Carta de Atenas* (1931), *Carta de Veneza* (1964), *Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* (1972), *Carta de Florença* (1981), *Carta de Washington* (1987), *Carta de Lausanne*

(1990), *Diretrizes de Educação e Formação na Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios* (1993), *Conferência de Nara* (1994), *Carta de Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático* (1996), *Carta Internacional do Turismo Cultural - Gestão do Turismo em Locais de Importância Patrimonial* (1999), *Carta do Patrimônio Vernacular Construído* (1999), *Princípios para a Preservação de Estruturas Históricas de Madeira* (1999) e *Carta de Burra* (1999).

Entre as dezesseis cartas publicadas pelo ICOMOS foi possível identificar os discursos em prol do desenvolvimento sustentável no campo da conservação-restauração em treze documentos, fosse dialogando com o pilar da economia sustentável, com o pilar da sustentabilidade ambiental e/ou com o pilar da sustentabilidade social. Os textos das cartas foram revisados buscando-se, por meio de uma análise de categoria, responder o seguinte problema: como as cartas patrimoniais internacionais relacionáveis com a conservação-restauração dialogam com os três pilares (econômico, ambiental e social) do desenvolvimento sustentável?

## **Desenvolvimento**

A conservação-restauração para alcançar a sustentabilidade na preservação do patrimônio cultural precisará ultrapassar os seus modelos deterministas e explicar a importância da sua ação como um caminho necessário para desenvolver a qualidade de vida das pessoas e para sustentar os interesses públicos (Cassar, 2009, p.9). As pessoas só irão sobreviver com uma ética que se oponha ao pensamento determinista moderno aos moldes da matemática e apelem para o princípio simples e primário de preservação da vida e da civilização (D'Ambrósio, 1997).

A partir de 1972 a narrativa da sustentabilidade humana se relacionou com a economia e a dimensão social e gerou a definição mais aceita de sustentabilidade, em que reflete sobre os impactos do desequilíbrio socioeconômico na natureza com o objetivo de estabelecer alternativas para o desenvolvimento sustentável (Froner, 2017, p.212-213). Além da convenção de 1972 é possível encontrar em outras cartas patrimoniais, importantes para o campo da conservação-restauração, discursos que se relacionam com o desenvolvimento sustentável e os pilares da sustentabilidade.

- **O Pilar da Sustentabilidade Econômica (PSE)**

A sustentabilidade econômica na conservação-restauração se relaciona com a conservação de materiais como uma ação direta para evitar o desperdício e a redução do impacto ambiental pelo não consumo de recursos não renováveis. O uso contínuo de edifícios antigos e de objetos por meio de novos usos contribui para reduzir o desperdício material e além disso, é preciso conservar a energia e preservar as habilidades humanas e a criatividade desenvolvidas para produzir as inovações (Cassar, 2009, p.6). Lagnesjö (2015) salienta que a partir disso a conservação-restauração deve exercer a autonomia para capacitar e treinar as gerações futuras, com intuito de recuperar os conhecimentos necessários para cuidar e reutilizar os recursos naturais limitados, considerando alguns aspectos, como: reduzir a pressão sobre os recursos locais e globais ao realizar o uso tradicional de materiais, técnicas e sistemas econômicos para a construção e a manutenção de edifícios existentes; revitalizar o uso tradicional de energia eólica em dispositivos mecânicos e de transporte na sociedade contemporânea; fornecer meios de subsistências para as pessoas ao relacionar o patrimônio com a indústria do turismo.

Nas cartas patrimoniais publicadas pelo ICOMOS (2004) podemos encontrar os seguintes discursos que se relacionam com o pilar da economia sustentável. A *Carta de Veneza*<sup>24</sup> enfatiza que a conservação dos monumentos deve também favorecer a função útil do objeto para a sociedade. A preservação dos monumentos com uma função ajuda a evitar o desperdício devido a sua reutilização. Na *Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*<sup>25</sup> é abordada a necessidade de realizar estudos econômicos em relação com saberes científicos e técnicos, para conservação e reabilitação do patrimônio natural e cultural

---

<sup>24</sup> No mês de maio de 1964 foi elaborada a *Carta de Veneza* no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos em Veneza. O documento foi adotado pelo ICOMOS em 1965. A Carta de Veneza teve como objetivo aprofundar os princípios trazidos na *Carta de Atenas* buscando um alcance maior. A carta reconhece que os monumentos são portadores de mensagem espiritual do passado de diferentes povos e que é de dever comum a preservação destes para as futuras gerações, enquanto se busca manter sua autenticidade de modo a exigir uma colaboração internacional e de aplicação individual de cada nação ao seu contexto.

<sup>25</sup> A redação do documento da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural ocorreu durante a 17ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) em Paris, em que foram adotadas as *Recomendações de Paris* no dia 16 de Novembro de 1972, com o objetivo de estabelecer um novo sistema de proteção coletiva ao patrimônio cultural e natural de valor universal, que deve ser organizada de modo a refletir métodos científicos e modernos. Uma vez que os patrimônios cultural e natural estão cada vez mais ameaçados de destruição acarretando no empobrecimento do patrimônio de todos os povos do mundo, assim como a dificuldade de preservar os monumentos devido a insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos nos países.

enquanto se usa racionalmente os recursos disponíveis. *A Carta Internacional do Turismo Cultural - Gestão do Turismo em Locais de Importância Patrimonial*<sup>26</sup> salienta o patrimônio em relação com o campo do turismo, pois quando conservado pode gerar empregos, desenvolvimento financeiro e benefício às pessoas, aos locais e às nações, desde que esteja atrelado a um projeto educativo de formação e com políticas públicas.

- **O Pilar da Sustentabilidade Ambiental (PSA)**

A sustentabilidade ambiental diz respeito sobre a importância de assegurar a biodiversidade, que é uma das questões importantes e atuais para conservação-restauração. Lagnesjö (2015) salienta que a conservação-restauração pode contribuir com informações sobre as mudanças climáticas que afetam os bens culturais como também a sociedade, ao propor adaptações a essas mudanças, aos problemas ocasionados por essas condições ambientais e a investigação dessas transformações por meio dos testemunhos das pessoas sobre os desastres ocorridos no passado.

Nas cartas patrimoniais publicadas pelo ICOMOS (2004) podemos encontrar os seguintes discursos que se relacionam com o pilar da sustentabilidade ambiental. A Carta de Atenas<sup>27</sup> alerta sobre a poluição atmosférica que ameaça os monumentos de todo o planeta e coloca em risco a vida das pessoas. A Recomendação de Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural alerta sobre os perigos que ameaçam o patrimônio cultural e natural como os desastres naturais, incêndios graves, terremotos, deslizamentos de terra, erupções vulcânicas, mudanças no nível

---

<sup>26</sup> No ano de 1999 em sua 12ª Assembleia geral no México, o ICOMOS adota a *Carta Internacional do Turismo Cultural - Gestão do Turismo em Locais de Importância Patrimonial*. Este documento aborda o conceito amplo de Patrimônio incluindo tanto o ambiente natural quanto o cultural, como as paisagens, os lugares históricos, os sítios, os ambientes construídos, as biodiversidades, as coleções, as práticas culturais passadas e contínuas, os conhecimentos e as experiências de vida. A carta possui diversos objetivos, como: facilitar o entendimento do significado do patrimônio à comunidade; encorajar a promoção do turismo de forma que valorize e respeite o patrimônio e cultura viva das comunidades anfitriãs; promover um diálogo entre os interesses de conservação e a indústria do turismo sobre a importância dos lugares patrimoniais, coleções e culturas vivas, ressaltando a necessidade de um futuro sustentável para eles; incentivar os formuladores de planos e políticas a desenvolver metas e estratégias detalhadas e possíveis de promover a apresentação e a interpretação de lugares patrimoniais e atividades culturais no contexto de sua preservação e conservação.

<sup>27</sup> A *Carta de Atenas* também conhecida como *Carta del Restauro* foi redigida em outubro 1931 a partir de uma reunião do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações em Atenas, tendo como responsáveis arquitetos e técnicos dos monumentos históricos que visavam a exposição dos princípios gerais e das doutrinas relacionados à proteção dos monumentos históricos, artísticos e científicos. Desta forma, foram expostas medidas para a valorização, a conservação, a restauração, a administração, a legislação dos monumentos históricos e a anastilose dos monumentos da acrópole.

da água, inundações, maremotos e as destruições causadas por transformações no modo de usar. Uma vez que os desastres naturais podem ocorrer também por interferência humana e acabam colocando os bens culturais e naturais e a vida das pessoas em risco. A Carta de Florença<sup>28</sup> pontua que a preservação dos jardins históricos além de promover a preservação da biodiversidade, também se preocupa em manter o equilíbrio ecológico e a promoção do respeito à natureza.

Na Carta de Washington<sup>29</sup> identificou-se uma orientação para adotar medidas preventivas contra catástrofes naturais e quaisquer outras ameaças como as poluições e as vibrações que acometem as cidades históricas, a segurança e o bem-estar das pessoas. As Diretrizes de Educação e Formação na Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios<sup>30</sup> enfatiza que a conservação do patrimônio cultural faz parte do desenvolvimento ambiental e cultural. A Carta de Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático<sup>31</sup> salienta sobre a importância da conservação ambiental, da valorização do meio ambiente e da gestão dos recursos naturais e alerta sobre as ameaças que acometem o patrimônio cultural subaquático e os recursos vivos e não vivos.

A Carta Internacional do Turismo Cultural – Gestão do Turismo em Locais de Importância Patrimonial enfatiza que a preservação do patrimônio inclui não só os bens culturais, mas também o ambiente natural com toda a sua biodiversidade,

---

<sup>28</sup> O comitê Internacional de Jardins Históricos e ICOMOS/IFLA registrou em 15 de dezembro de 1982, em Veneza, a *Carta de Florença*, redigida em maio de 1981, onde reconheceu que os jardins históricos são monumentos com uma composição arquitetônica e vegetal que apresenta interesse público. Desta forma, foi elaborado um documento que visa complementar a *Carta de Veneza* abordando o tema dos jardins históricos, como um monumento vivo e proteção específicas.

<sup>29</sup> A *Carta de Washington* elaborada em Washington em 1987 pelo ICOMOS aborda a salvaguarda de cidades grandes ou pequenas e centros ou bairros históricos, que expressam qualidades como documento histórico e os valores das civilizações urbanas tradicionais. O documento completa a Carta de Veneza de 1964 e define os princípios, os objetivos, os métodos e os instrumentos à salvaguarda das cidades históricas, buscando a harmonia da vida individual e social, preocupando-se também com o desenvolvimento econômico e social dos centros históricos.

<sup>30</sup> No Sri Lanka em 1993 foi elaborada a carta de *Diretrizes de Educação e Formação na Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios* em Colombo, pela Assembléia Geral do ICOMOS, em sua 10ª sessão. O objetivo do documento foi estabelecer padrões e diretrizes para educação e treinamento na conservação de monumentos, conjuntos de edifícios e locais definidos como patrimônio cultural pela Convenção do Patrimônio Mundial de 1972. Eles incluem edifícios históricos, áreas e vilas históricas, sítios arqueológicos e seus conteúdos.

<sup>31</sup> Durante a 11ª Assembleia geral do ICOMOS em Sofia, no ano de 1996, foi elaborada a *Declaração de Sofia*. A declaração aborda o patrimônio arqueológico que se encontra ou foi retirado do meio subaquático, como os sítios e as estruturas submersas, os sítios de naufrágios e destroços e seu contexto arqueológico e natural. A carta traz como objetivo incentivar a proteção e a gestão do patrimônio cultural em águas interiores, costeiras, mares rasos e oceanos profundos. A proteção estaria relacionada alto grau de conhecimento arqueológico para lidar com possíveis ameaças ao patrimônio cultural subaquático de modo rápido e eficiente, visando a transparência para a comunidade e tornando explícitos seus objetivos, metodologia e resultados pretendidos.

enquanto avalia os impactos negativos do turismo para assegurar de forma ecológica os recursos naturais e culturais, que podem ocasionar resultados positivos ao bem-estar social e a economia local. Os *Princípios para a Preservação de Estruturas Históricas de Madeira*<sup>32</sup> alertam sobre o uso de conservantes químicos que deveriam ser utilizados de forma controlada e monitorada, apenas em situações de benefício garantido e de longo prazo, justamente para preservar a segurança pública e do meio ambiente.

- **O Pilar da Sustentabilidade Social (PSS)**

A sustentabilidade social possui um grande desafio que é contribuir para um mundo de compreensão mútua sem conflitos armados enquanto apoia os princípios de dignidade, igualdade e respeito mútuo.

O homem destruindo, degradando ou desnaturando os monumentos históricos apaga suas raízes, deturpa a própria memória, deforma as lições deixadas pelo passado, condenando-se a nunca ir além do empirismo. Uma sociedade deturpando sua cultura e sua memória, destrói os instrumentos que são seus próprios meios de expressão como seres vivos, com incidências sobre a memória individual e coletiva, podendo gerar problemas para a identidade como comunidades, povo ou nação (Kuhl, 2006, p.35).

Os grandes confrontos como as guerras em pequena e grande escala ocasionam a destruição do patrimônio cultural não só em sua dimensão física, mas também, toda uma dimensão imaterial, significativa e identitária das pessoas. A conservação-restauração se torna importante na recuperação do patrimônio cultural após os confrontos armados, ataques terroristas e entre outros (Lagnesjö, 2015).

Nas cartas patrimoniais publicadas pelo ICOMOS (2004) podemos encontrar os seguintes discursos que se relacionam com o pilar da sustentabilidade social. A Carta de Atenas relata que a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade é de interesse a toda comunidade e dos povos, se torna guardião da civilização e proporciona a preservação colaborativa dos bens culturais entre as nações sob um acordo de paz chamado de Pacto da Sociedade das Nações. Na Carta

---

<sup>32</sup> No ano de 1999 no México, durante a 12ª Assembleia Geral do ICOMOS foram elaborados os *Princípios para a Preservação de Estruturas Históricas de Madeira*, com o objetivo de definir princípios e práticas básicas que possam ser universalmente aplicáveis para a proteção e preservação de estruturas históricas de madeira enquanto se respeita o seu significado cultural. Para trazer estas orientações o documento aborda sobre a inspeção, o registro e a documentação, sobre o monitoramento e a manutenção, a intervenção, a reparação e a substituição, sobre reservas florestais históricas, materiais e tecnologias contemporâneas e sobre educação e treinamento.

de Veneza os monumentos possuem uma mensagem espiritual do passado como um testemunho vivo que contribui para preservação das tradições dos povos no presente. A Recomendação de Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural enfatiza que o desaparecimento ou a degradação do patrimônio cultural e natural ocasiona um empobrecimento do patrimônio de todos os povos. O desaparecimento pode ocorrer por causas naturais ou intervenções humanas, como o desenvolvimento urbano e turístico, abandono, conflitos armados e entre outros. As recomendações fomentam que a preservação do patrimônio cultural e natural precisa se relacionar com as vidas das pessoas, aos programas amplos de preservação, as estratégias para que a conservação atue em local onde esse serviço não existe, as investigações científicas, aos programas educacionais que promovam o respeito pelo patrimônio cultural de diferentes culturas.

A *Carta de Lausanne*<sup>33</sup> salienta que o patrimônio arqueológico é importante por relatar as atividades humanas do passado, possibilitar a elaboração de novos conhecimentos e proporcionar às gerações presentes e futuras o usufruto, incentivando o público a estar informado e participando de uma conservação integrada. A *Conferência de Nara*<sup>34</sup> aborda sobre a proteção da diversidade de culturas e patrimônios que são insubstituíveis devido a sua riqueza espiritual e intelectual que agregam em nosso desenvolvimento humano. A *Carta de Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático* salienta que conhecer o passado é também conhecer a própria vida. O patrimônio cultural subaquático nesse sentido pode ser concebido como um mediador na formação das identidades ao promover um sentido de comunidade entre as pessoas. A *Carta Internacional do Turismo Cultural - Gestão do Turismo em Locais de Importância Patrimonial* lembra que cada localidade ou cada comunidade possui uma herança e uma memória coletiva que se relacionam

---

<sup>33</sup> No ano de 1990, em Lausanne, o Comitê Internacional para Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM) na 9ª Assembleia do ICOMOS adotou a *Carta de Lausanne* que enuncia princípios aplicáveis ao inventário, prospecção, escavação, documentação, pesquisa, preservação, conservação, reconstituição, informação, exposição e apresentação ao público e uso do patrimônio arqueológico, tanto quanto a definição das qualificações necessárias ao pessoal encarregado de sua proteção

<sup>34</sup> O documento da *Conferência de Nara* foi elaborado em 1994, no Japão, promovida pelos órgãos da UNESCO, Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM) e ICOMOS, trazendo como pauta a autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. A carta tem como objetivo evidenciar a importância da organização de discussões que coloquem em voga o teste de autenticidade procurando demonstrar o respeito aos valores sociais e culturais de todas as sociedades, examinando valores universais excepcionais das propriedades culturais propostas pela Lista Patrimônio Mundial frente à homogeneização do patrimônio cultural presente no mundo contemporâneo.

com o patrimônio e são importantes para desenvolver de forma significativa o desenvolvimento da humanidade e da sociedade no presente e no futuro.

A *Carta do Patrimônio Vernacular Construído*<sup>35</sup> salienta que o patrimônio vernacular expressa a cultura de uma comunidade levando em consideração o seu território enquanto expressa a diversidade cultural existente no mundo. A *Carta de Burra*<sup>36</sup> pode ser aplicada em todos os espaços em que existam valores culturais sem deixar de incluir os locais naturais, a cultura indígena e os bens históricos. Outro aspecto abordado nessa última carta é a importância de integrar as pessoas na conservação e na gestão do patrimônio cultural, ao pontuar sobre os significados, as responsabilidades sociais e espirituais que os sítios possuem fazendo com que sempre estejam em contato com as pessoas.

Os bens culturais podem, portanto, ser considerados como alternativa para proporcionar prazer, contribuir na resolução de traumas, fomentar o diálogo entre diferentes perspectivas e conscientizar sobre as necessidades que os grupos marginalizados e dominantes possuem de diferente e em comum, mostrando a possibilidade da coexistência e não da exclusão (Kühl, 2006, p.35).

Nas cartas patrimoniais compiladas pelo ICOMOS (2004) podem ser identificados alguns discursos relacionados aos pilares da sustentabilidade de acordo com a tabela abaixo

Tabela 1 – Os pilares identificados nas cartas patrimoniais da conservação-restauração

Os Pilares da Sustentabilidade nas Cartas Patrimoniais da Conservação-Restauração			
Cartas Patrimoniais Internacionais	Pilar da Sustentabilidade Econômica (PSE)	Pilar da Sustentabilidade Ambiental (PSA)	Pilar da Sustentabilidade Social (PSS)

<sup>35</sup> Também em sua 12ª Assembleia Geral o ICOMOS, em 1999, elaborou a *Carta do Patrimônio Vernacular Construído* que aborda sobre a importância do patrimônio vernacular para a expressão da cultura de uma comunidade e a sua relação com o território, discorrendo sobre como a homogeneização econômica, cultural e arquitetônica ameaçam mundialmente este patrimônio, incentivando a abordagem do tema tanto pelas comunidades quanto pelo governo, planejadores, arquitetos, conservacionistas e especialistas.

<sup>36</sup> A *Carta de Burra* de 1999 fornece orientações para a conservação e gestão de lugares de significado cultural, sendo baseado no conhecimento e experiência dos membros do ICOMOS da Austrália. Sendo assim, a carta se estrutura trazendo definições, princípios de conservação, processos de conservação e as práticas de conservação.

Carta de Atenas (1931)		X	X
Carta de Veneza (1964)	X		X
Recomendação de Paris (1972)	X	X	X
Carta de Florença (1981)		X	
Carta de Washington (1987)		X	
Carta de Lausanne (1990)			X
Diretrizes de Educação e Formação na Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios (1993)		X	
Conferência de Nara (1994)			X
Carta de Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático (1996)	X		X
Carta Internacional do Turismo Cultural (1999)	X	X	X
Carta do Patrimônio Vernacular Construído (1999)			X
Princípios para a Preservação de Estruturas Históricas de Madeira (1999)		X	
Carta de Burra (1999)			X

Fonte: os autores.

Das dezesseis cartas analisadas, treze delas apresentaram ao menos um discurso que se relacionam com o desenvolvimento sustentável e os pilares da sustentabilidade.

## Conclusão

Os bens culturais fazem parte de todas as atividades humanas (econômica, ambiental, social e outros), esses objetos são culturalmente diversos por terem diferentes valores, significados e funções para diferentes grupos da sociedade, são instrumentos poderosos no desenvolvimento da sustentabilidade e na realização dos desejos públicos. Nesse sentido cabe ao conservador-restaurador desenvolver uma atitude responsável para integrar práticas sustentáveis na preservação do patrimônio cultural e na conservação da vida, ao se envolver com as pessoas que formulam as políticas como relação vital para compreender as sociedades democráticas abertas, as diversas políticas que influenciam no governo e a formulação de políticas públicas. As cartas patrimoniais relacionadas à disciplina de conservação-restauração entre 1931 e 1999 fomentam a aproximação desse campo de conhecimento em prol da sustentabilidade na preservação dos diversos tipos de bens naturais e culturais, como os monumentos, os edificados, os jardins, os móveis, os integrados, os subaquáticos e entre outros.

## Referências

CASSAR, May. ***Value of preventive conservation***. Centre for Sustainable Heritage, 2006.

CASSAR, May. ***Sustainable heritage: challenges and strategies for the twenty-first century***. APT Bulletin: Journal of Preservation Technology, 40:1, 2009.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

ICOMOS. ***International Charters for Conservation and Restoration***. Paris: International Council on Monuments and Sites, 2004.

KÜHL, Beatriz M. **História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos**. São Paulo: R.CPC, v.1, n.1, p.16-40, nov.2005/abr.2006.

FRONER, Yacy-Ara. ***International policies for sustainable development from cultural empowerment***. *Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development*, v.7, issue.2, pp. 208-223, 2017.

LAGNESJÖ, Gunilla. ***Shifting the focus to people: Global societal priorities and the contribution made by conservation science***. In: ICCROM; ICC. *Conservation Science. Rome: Papers arising from the ICCROM FORUM on Conservation Science, 16-18 October, 2013 v. 60, Supplement 2, 2015.*